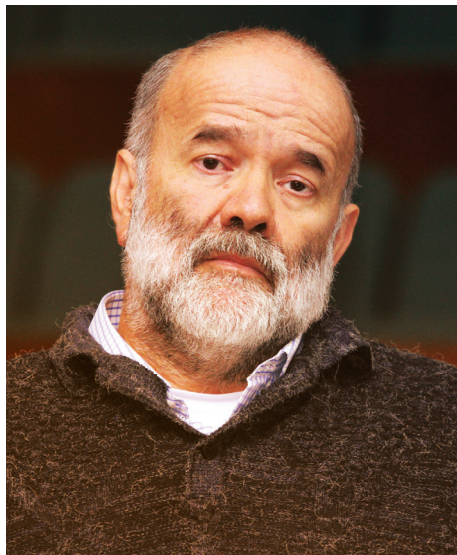




Lava Jato/ Dirceu, Vaccari e cia.

A Polícia Federal indiciou ex-dirigentes do PT. O ex-ministro seria o “capitão da quadrilha”

A POLÍCIA FEDERAL indiciou o ex-ministro José Dirceu, o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto e mais 12 suspeitos de integrar o esquema de desvios da Petrobras. Dirceu, aponta o relatório dos investigadores, “capitaneava a quadrilha” e teria movimentado 59 milhões de reais em propinas. O ex-ministro é acusado de formação de quadrilha, falsidade ideológica, corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Em sessão da CPI da Petrobras na terça-feira 1º, Dirceu manteve-se calado. Na mesma audiência, Marcelo Odebrecht, presidente da construtora que carrega o sobrenome da família, informou não pretender assinar um acordo de delação premiada com a Justiça por não ter “nada a dedurar”.

Vaccari, dizem os policiais, arrecadou 25 milhões em propina para campanhas do PT. A defesa do ex-tesoureiro criticou o relatório e o indiciamento. “O senhor Vaccari nunca arrecadou propinas. Jamais se prestou a arrecadar recurso de origem ilícita”, afirmou seu advogado, Luiz Flávio Borges D’Urso.



Dupla persona

Preso há quase dois meses, Marcelo Odebrecht decidiu contratar Ives Gandra Martins como um de seus defensores. Martins é autor de um parecer a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff baseado no crime de corrupção, do qual Odebrecht, entre outros, é acusado. É o velho caso de dupla personalidade. Inquisidor de um lado, defensor de outro. Não se sabe quanto o devotado advogado recebeu pelo parecer. Consta que embolsará 6 milhões de reais para atuar a favor do empresário. Será escudado por outro luminar: Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, contratado, especula-se, por 3 milhões.

Eleições/SEM DINHEIRO DE EMPRESAS

O SENADO BARRA AS CONTRIBUIÇÕES DE PESSOAS JURÍDICAS

O Senado corrigiu o voluntarismo do presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Para aprovar a manutenção das doações de empresas a campanhas eleitorais, rejeitada em primeira votação, o peemedebista havia atropelado as regras da Casa que preside e recolocado o tema em pauta menos de 48 horas após a

análise do projeto anterior.

Venceu à força, mas seu triunfo durou pouco. Na quarta-feira 2, os senadores estabeleceram o fim das contribuições empresariais por 36 votos a 31. Candidatos só poderão receber dinheiro de pessoas físicas e do fundo partidário. O Senado não estabeleceu um limite para a

doação de indivíduos.

Cunha terá uma última chance de impor sua vontade. A proposta aprovada pelos senadores será novamente analisada pela Câmara. Resta saber se o trator do peemedebista continua com a mesma força depois de o parlamentar ter sido denunciado pela Procuradoria-Geral da República

no inquérito da Lava Jato. Se os deputados mantiverem a decisão do Senado, caberia a eles estabelecer um limite para as doações. Se não o fizerem, ainda restaria a decisão do Supremo Tribunal Federal, cujos ministros aguardam o colega Gilmar Mendes desistir de usar como assento a ação sobre o tema.

A Semana

Uma conversa sobre o aborto

O cardeal Jorge Bergoglio ficou conhecido como opositor radical do aborto, cuja campanha fez as leis argentinas se manterem ainda mais restritivas do que as brasileiras. Como papa Francisco, surpreende ao suspender a exigência de que um bispo autorize especialmente o sacramento da penitência para o “pecado”. Disse compreender o “drama existencial e moral” e autorizou sacerdotes a perdoar quem se arrependa e confesse durante o Ano Santo, de dezembro de 2015 a novembro de 2016. Por limitada que seja a concessão, o gesto tira a questão do campo da chantagem política para o da discussão de dilemas pessoais. No mínimo, políticos, juízes, policiais, médicos, paramédicos e clérigos católicos se sentirão menos autorizados a humilhar mulheres que recorram a essa medida e mais obrigados a ouvi-las.



Guatemala/ Algemas na mão dura

O presidente Otto Pérez renuncia após perder imunidade e receber ordem de prisão

EM 2011, com o slogan Mão Dura, o ex-general Otto Pérez Molina foi eleito pelo conservador Partido Patriota (PP), apesar de acusado de lavagem de dinheiro e narcotráfico e de participação no genocídio de indígenas na ditadura militar de 1983 a 1993. Até 2014, Pérez, que acusou o antecessor social-democrata Álvaro Colom de legar um país em “falência econômica e moral”, quis emendar a Constituição para prorrogar seu mandato de quatro anos, “pouco para governar”.

Em abril de 2015, a Comissão Internacional contra a Impunidade na Guatemala, criada em 2006 para investigar os crimes da ditadura, denunciou um esquema de subornos em troca de descontos em tarifas aduaneiras. Em 21 de agosto, a ex-vice foi presa e pedida investigação contra o presidente. Voltaram-se contra ele até as organizações empresariais e a Igreja, mas insistiu em se manter no cargo até a terça-feira 1º, quando teve sua imunidade cassada pelo Congresso. No dia seguinte, recebeu ordem de prisão e não lhe restou alternativa.

Grécia/OUTRO TIRO PELA CULATRA

AS ELEIÇÕES DE 20 DE SETEMBRO PODEM DEVOLVER O PODER À DIREITA

O premier Alexis Tsipras esperava reeleger-se fortalecido, mas a manobra pode fracassar exatamente como a de seu antecessor, Antonis Samaras. A diferença entre o Syriza e o partido conservador Nova Democracia encolheu e em pesquisa de 2 de setembro o

segundo apareceu um pouco à frente, o suficiente para garantir o bônus de 50 assentos ao primeiro colocado.

O partido Anel, único aliado de Tsipras, não deve atingir o cociente eleitoral. A Unidade Popular dos dissidentes não corre esse risco, mas terá

sorte se reeleger metade dos 30 deputados unidos à sua lista. O ex-ministro da Fazenda Yanis Varoufakis julgou a eleição inútil e se dedica a articular uma rede europeia contra a austeridade. Mantida essa tendência, se verá um governo instável

de conservadores em aliança com partidos de centro e com o social-democrata Pasok enfrentar uma previsível piora do quadro financeiro, sem que o Syriza, responsável pelo novo acordo com a Troika, esteja em posição de fazer oposição radical.